



Internautas apoiam pauta prioritária do Senado 8

Comissão acata novas regras para investigar acidente aéreo 5

Proposta da Lei de Arbitragem deve ser entregue em setembro 2

Relatório preliminar da LDO é aprovado

Até quinta-feira, os parlamentares, as bancadas estaduais e as comissões permanentes poderão apresentar novas emendas ao projeto

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014. Após análise das emendas, o texto final será votado na comissão e em Plenário. O presidente da comissão, senador Lobão

Filho, marcou para o dia 19 a conclusão do relatório preliminar, já com a análise das emendas, e para o dia 22 o início da votação do relatório final. A Câmara dos Deputados adiou para terça-feira a análise do projeto que institui o orçamento impositivo. **3**



Lobão Filho

Lobão Filho prevê votação do relatório final a partir do dia 22

Texto do novo Código Penal receberá mais emendas 7

Audiência vai discutir projeto de satélite nacional 5

Limite a recursos na Justiça será debatido por advogados 8

Médicos fazem ato contra programa do governo

Associações de médicos fizeram ontem ato público no Congresso para pedir a rejeição da medida provisória que cria o Programa Mais Médicos por permitir que profissionais estrangeiros trabalhem

no país sem revalidação do diploma. Eles também pedem a derrubada dos vetos presidenciais à Lei do Ato Médico. Participaram da manifestação os senadores Paulo Davim e Ana Amélia. **4**

Paulo Davim (E) discursa durante o ato público promovido por entidades médicas em protesto contra o Programa Mais Médicos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gerardo Magaña/Agência Senado



Maurício Lopes (E), da Embrapa, e Pedro Lyra, do Cade, durante audiência da CRA presidida por Benedito de Lira (C)

Mercado de sementes segue tendência de concentração

Em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, advertiu que o mercado de sementes, concentrado em pequeno número de grandes empresas, não favorece a competitividade

e prejudica o acesso dos pequenos produtores às novas tecnologias. Representante da empresa Monsanto, Marcio Santos argumentou que o modelo de mercado permitiu a diversificação e a participação de mais empresas. **6**

3º Encontro Nacional do LexML Rede de Informação Legislativa e Jurídica



SENADO FEDERAL

Data: 13 de agosto
Local: Senado Federal
Auditório do Interlegis (Brasília/DF)
Saiba mais: <http://projeto.lexml.gov.br>

Proposta da Lei de Arbitragem deve ficar pronta em setembro

Presidente da comissão de juristas que está preparando anteprojeto afirmou que o texto aumentará as possibilidades de mediação e arbitragem e, dessa forma, desafogará os tribunais

O PRESIDENTE DA comissão de juristas que trabalha na reforma da Lei de Arbitragem, ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), prevê para o fim de setembro a conclusão dos trabalhos e a entrega de anteprojeto para ser analisado pelos senadores. Ontem ele apresentou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um relato sobre o andamento do trabalho do colegiado.

Salomão disse estar confiante de que as sugestões elaboradas pelos juristas para ampliar as possibilidades de mediação e arbitragem vão



O presidente da comissão de juristas, ministro do STJ Luis Felipe Salomão

contribuir para desafogar a Justiça brasileira.

— Estamos avançando em vários pontos, como na sugestão de abrir a mediação para qualquer tipo de matéria, permitir arbitragem para questões que envolvam contratos públicos, permitir ao consumidor utilizar-se da arbitragem para relações de consumo e incluir as questões trabalhistas, quando assim desejar o empregado — afirmou.

Antes de apresentar o anteprojeto da nova Lei de Arbitragem, a comissão de juristas fará uma série de audiências públicas no Senado entre os dias 22 e 26 deste mês.

Magistrados agradecem aprovação de substitutivo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, que agradeceu a aprovação pela Casa de substitutivo do senador Blairo Maggi (PR-MT) à proposta de emenda à Constituição (PEC 53/2011) que torna mais severa a punição para juízes e integrantes

do Ministério Público que tiverem cometido falhas graves, como envolvimento com corrupção.

— Estamos preservando a independência dos magistrados e separando os bons dos maus — disse Calandra, após o encontro com Renan.

De acordo com o texto, que será examinado pela Câmara dos Deputados, os magistrados

acusados de crimes graves passam a ser colocados em disponibilidade por até dois anos. Nesse período, eles receberão proventos proporcionais, e o Ministério Público deverá encaminhar denúncia. Ao fim do processo, se eles forem considerados culpados, serão demitidos, e não mais aposentados compulsoriamente, como prevê a lei atual.



Nelson Calandra conversa com Renan Calheiros sobre a importância da PEC 53

Senadores manifestam solidariedade a Sarney

Luiz Henrique (PMDB-SC) manifestou ontem solidariedade a José Sarney (PMDB-AP), que está internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Luiz Henrique disse que torce pelo restabelecimento de Sarney, lembrando que o colega já foi presidente da República e do Senado.

— Tomara que ele possa

rapidamente voltar a nosso convívio. Sei que esse também é o pensamento de todas as senadoras e todos os senadores — afirmou.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, relatou ter conversado mais cedo com Sarney, em nome do Senado, tendo apresentado “votos de rápida recuperação”.

O último boletim liberado pelo hospital informa que, após exame de sangue, Sarney foi diagnosticado com dengue aguda e quadro de pneumonia. Segundo o hospital, o senador apresenta “contínua melhora clínico-laboratorial e não há previsão de alta”. Sarney está internado no Sírio-Libanês desde o dia 31 de julho.

Cassol alega inocência e anuncia recurso

O senador Ivo Cassol (PP-RO) pretende questionar o resultado do julgamento concluído ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em que foi responsabilizado por licitações irregulares entre 1998 e 2002, quando exerceu o mandato de prefeito de Rolim de Moura (RO).

De acordo com a assessora do senador, ele discorda do resultado e vai “recorrer nos termos da lei, porque não houve os fatos de que o Ministério Público o acusa”.

Além da relatora, ministra Cármen Lúcia, votaram pela condenação os ministros Dias Toffoli, Roberto Barroso, Teori

Zavascki, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa.

O ministro Luiz Fux não votou porque atuou no processo quando era magistrado do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Projeto sobre gorjetas será analisado por mais uma comissão

O Plenário aprovou ontem requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para que o Projeto de Lei da Câmara (PLC 57/2010) que regulamenta as gorjetas e aposentadorias dos garçons seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sem prejuízo do regime de urgência já aprovado em Plenário.

Pelo projeto, os estabelecimentos que incluam taxa de serviço ou adicional nas contas de seus clientes

ficarão obrigados a repassá-los a seus empregados, sob pena de multa. O texto também prevê recolhimento de contribuição previdenciária e Imposto de Renda a partir dos valores recebidos nas gorjetas.

A proposta estabelece ainda que a forma de rateio dos valores deverá ser fixada em acordo ou convenção coletiva de trabalho. Esse critério poderá ser definido também em assembleia geral do sindicato dos trabalhadores.

Ferraço questiona TSE sobre repasse de dados à Serasa

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) informou ontem em Plenário ter apresentado pedido de informação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para esclarecer os motivos que levaram ao acordo para que dados de eleitores sejam repassados à empresa Serasa Experian.

— Precisamos conhecer os fundamentos que moveram o TSE para que procedesse a esse tipo de intervenção, violando o sigilo das pessoas ao arripio da lei — afirmou.

Pelo acordo, o TSE se compromete a repassar à Serasa o nome do eleitor, número e situação da inscrição eleitoral, além de

óbitos. Além disso, é prevista a validação do nome da mãe e da data de nascimento. Isso significa que o órgão dirá se a empresa dispõe ou não das informações corretas, mas não as fornecerá. Em troca, a Serasa fornecerá ao TSE mil certificados digitais, que funcionam como CPF eletrônico para confirmação da identidade da pessoa.

Ontem, a corregedora-geral do TSE, Laurita Vaz, determinou a suspensão da execução do acordo até nova deliberação.

O requerimento do senador ainda será submetido a votação no Plenário do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, sem votação de projetos.

CDR Desenvolvimento do Nordeste

8h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza seminário em Sergipe sobre o desenvolvimento regional do Nordeste. Um dos temas abordados será a contribuição das entidades representativas do turismo para o desenvolvimento dos municípios. No encerramento, será lançado o livro *O Velho Chico Ilustrado*, do artista plástico Otoniel Fernandes Neto.

LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO Comissão de juristas

9h Reunião da comissão de juristas que trata da elaboração do anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação.

CRA Endividamento de produtores rurais do Sul

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute soluções para o endividamento dos produtores rurais da Região Sul, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



O senador Lobão Filho preside a Comissão Mista de Orçamento: texto ainda precisa passar pelo Plenário do Congresso

Comissão aprova relatório preliminar da LDO 2014

Até a quinta-feira, parlamentares, bancadas e comissões poderão apresentar novas propostas ao parecer aprovado; relator quer votar proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias até o dia 21

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013).

Até a quinta-feira, dia 15, os parlamentares, as bancadas dos estados e as comissões permanentes poderão apresentar novas emendas ao relatório preliminar aprovado. Cada parlamentar poderá apresentar duas emendas. As bancadas estaduais e as comissões, cinco emendas cada uma. Após esse prazo, a Comissão de Orçamento votará o relatório final, que, em seguida, deverá ser aprovado em sessão do Congresso Nacional para virar lei.

O presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), marcou para o dia 19 a conclusão do relatório preliminar, já com a análise das emendas, e para o dia 22 o início da votação do relatório final.

O relator da LDO, deputado

Danilo Forte (PMDB-CE), aceitou 10 das 55 emendas apresentadas. Duas foram acatadas na íntegra e oito, parcialmente. As alterações incluíram o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei 12.593/2012) como referência para elaboração das metas e prioridades definidas na LDO. O relatório inicial previa apenas as ações constantes nas Leis Orçamentárias de 2012 e 2013 como base para as metas.

Assim como Lobão Filho, o relator espera aprovar a LDO antes de o Executivo encaminhar o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que deve acontecer até dia 31. — Minha preocupação é não fazer com que a LOA atrole a LDO. Você não pode colocar o carro na frente dos bois, não pode pôr o dinheiro sem saber para onde ele vai — disse Forte.

Ações prioritárias

O anexo do parecer preliminar de metas e prioridades para execução orçamentária

está dividido em dez áreas temáticas, incluindo saúde, infraestrutura, educação, cultura, ciência e esporte. Dentro dessas áreas, Forte pretende definir até 38 ações prioritárias a partir das emendas apresentadas.

Segundo o relator, o Executivo “não dá transparência à sociedade” quando define as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Brasil sem Miséria como prioridades, mas sem detalhamento.

A LDO, que orienta a elaboração do Orçamento da União, deveria ter sido aprovada até 17 de julho, mas não houve acordo entre os partidos.

Lobão Filho havia anunciado um acordo para a votação do parecer só após a decisão da Câmara sobre o orçamento impositivo (PEC 565/2006), que foi adiada para terça-feira.

No entanto, a comissão conseguiu quórum para a aprovação do relatório preliminar ontem. (Da Agência Câmara)

Paulo Paim anuncia encontro de Dilma com pensionistas do Aerus



Paulo Paim (PT-RS) fez ontem um balanço positivo do encontro que teve com a presidente Dilma Rousseff, pela manhã, durante reunião com senadores do PT.

Segundo Paim, a presidente se mostrou receptiva a tratar de temas como os pensionistas do Aerus e o fim do fator previdenciário.

Sobre o Aerus, o senador garantiu que Dilma irá receber os pensionistas, alguns com mais de 90 anos de idade, que buscam uma solução definitiva para o fundo de pensão. Já a respeito do fator previdenciário, Paim disse que Dilma viu com bons olhos a possibilidade de uma alternativa.

Suplicy afirma que governo “tem a inflação sob controle”



O governo Dilma Rousseff “tem a inflação sob controle”, segundo Eduardo Suplicy (PT-SP). O

senador disse que o preço da cesta básica diminuiu em todas as capitais pesquisadas pelo Dieese em julho, o que não acontecia desde 2007.

— Há indicações de que, até o final do ano, a taxa de inflação se aproximará da meta de 4,5%. Também se levará em conta a perspectiva de um crescimento mais acelerado da economia — disse.

Suplicy acrescentou que as taxas de desemprego do primeiro semestre de 2013 foram das mais baixas dos últimos anos nas principais regiões metropolitanas.

Presidente está confiante no futuro do país, diz Jorge Viana



Jorge Viana (PT-AC) destacou o otimismo da presidente Dilma Rousseff a respeito das perspectivas de crescimento econômico para os próximos meses.

Segundo ele, Dilma, após ouvir atentamente os senadores, manifestou contentamento com os indicadores que revelam o arrefecimento da inflação, a redução da relação da dívida interna com o produto interno bruto (PIB), bem como a queda do preço da cesta básica.

— Ela conseguiu passar, sem soberba, uma confiança neste país, neste povo, em todos os que trabalham, que foi extraordinário, muito importante — disse.

Wellington Dias destaca resultados de políticas públicas



O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), ressaltou avanços que, para ele, resultaram de

políticas públicas do governo. Reforçando posicionamento da presidente Dilma Rousseff, manifestado ontem em reunião com senadores petistas, Wellington citou “medidas corajosas” como a redução de juros, a redução da tarifa de energia e a MP dos Portos.

O senador lembrou que a ação do governo foi tão eficaz no combate à inflação que já se verifica deflação em setores como o de alimentos, o que traz novas preocupações para evitar prejuízos aos agricultores.

Ferraço pede visão de longo prazo para verba do petróleo



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu bom senso e visão estratégica dos deputados para a

votação do projeto que destina royalties do petróleo para educação e saúde. De acordo com ele, houve uma distorção do desenho original da proposta, que previa usar somente os rendimentos financeiros, e não o capital principal do fundo, como na versão em análise na Câmara.

— Há uma diferença brutal entre esses dois conceitos.

O senador ressaltou que o petróleo é um recurso natural finito e que as futuras gerações não poderão contar com os recursos advindos da exploração.

Governo hoje não é obrigado a executar os valores previstos nas emendas parlamentares

De 2009 a 2011, só 27% das emendas parlamentares foram executadas

O baixo nível de execução das emendas parlamentares nos últimos exercícios recolocou na pauta do Congresso a ideia do orçamento impositivo.

A proposta, que tramita na Câmara como PEC 565/2006, foi aprovada por uma comissão especial e deverá entrar na pauta do Plenário da Câmara na terça-feira.

O projeto que saiu do Senado tornava impositiva a execução de todo o Orçamento, mas foi modificado para restringir às emendas parlamentares o caráter obrigatório da execução. São

exatamente as emendas o alvo preferencial do contingenciamento de verbas feito pelo governo, já que 88% do Orçamento classifica-se como despesas obrigatórias e, dos 12% restantes, um quarto vincula-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, que o governo não bloqueia.

Entre 2009 e 2011, só 27% do montante aprovado das emendas individuais foi executado. Pressionados nas bases por não conseguir a liberação dos recursos, os parlamentares se sentem motivados a tornar obrigatória a execução do Orçamento.

A PEC limita a 1% da receita corrente líquida (R\$ 673,3 bilhões do Orçamento de 2013) as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. Essa parcela de 1%

(R\$ 6,73 bilhões, no exemplo do Orçamento deste ano) é que terá execução obrigatória dentro das despesas totais de R\$ 2,27 trilhões.

Impedimento

No caso de obstáculo técnico ou legal à execução da emenda parlamentar, a PEC prevê as seguintes providências: justificativa do impedimento até 30 de junho, encaminhamento de projeto para remanejamento ou cancelamento da verba até 30 de setembro e deliberação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) até 20 de novembro.

Não havendo votação na CMO, o projeto será considerado rejeitado.

A PEC admite a redução do valor da execução da emenda parlamentar

na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias (não obrigatórias) se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Se aprovado na Câmara, o texto deverá voltar ao Senado.

— Se você estabelece uma regra, você desfaz a relação toma lá dá cá, e isso é muito bom para política brasileira — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Em ato público ontem no Congresso Nacional, médicos pediram a rejeição da MP que cria o programa para levar médicos ao interior do país e que pode admitir estrangeiros sem a revalidação do diploma

Associações condenam Programa Mais Médicos

COMO PARTE DAS manifestações contra o Programa Mais Médicos e contra os vetos presidenciais à Lei do Ato Médico, vários profissionais e associações do setor fizeram ontem um ato público no Congresso. Participaram da manifestação os senadores Paulo Davim (PV-RN) e Ana Amélia (PP-RS). Representantes de associações médicas foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os médicos pedem que os parlamentares rejeitem a medida provisória que cria o Programa Mais Médicos (MP 621/2013). Entre as várias críticas que fazem ao programa, está a possibilidade de médicos estrangeiros trabalharem no país sem passar pelo Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida). O governo estuda a possibilidade de trazer profissionais do exterior, temporariamente, para o atendimento de regiões carentes sob alegação de que há muita dificuldade para convencer médicos brasileiros a trabalharem nesses locais.

Os médicos também querem

que o Congresso derrube os vetos parciais da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.842/2013, mais conhecida como Lei do Ato Médico, que regulamenta a atividade no país. Entre os itens vetados, está o que permitia somente aos médicos formular diagnósticos e fazer a respectiva prescrição terapêutica. Esses vetos podem ser analisados — e votados — pelo Congresso na reunião marcada para o dia 20 deste mês.

Diagnóstico

A MP 621/2013 já conta com 567 emendas e será examinada por uma comissão mista de senadores e deputados, ainda não instalada. Sancionado com vetos pela presidente Dilma Rousseff, o projeto que deu origem à Lei do Ato Médico (12.842/2013) tramitou no Legislativo por 11 anos e foi tema de 27 audiências públicas, sendo aprovado pelo Senado em 18 de junho. A norma restringe à categoria atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças, entre outros.

O senador Paulo Davim (PV-RN) disse que a MP vai

ser discutida “exaustivamente para melhorar o que lá está”. Na sua avaliação, a medida reforça a precarização trabalhista entre o médico e o Estado, ao oferecer bolsa e não respeitar os direitos da categoria.

— A saúde do Brasil precisa de medidas que sejam as mais duradouras possíveis. Não vamos conseguir aprimorar o sistema de saúde com essas medidas temporárias — afirmou.

Em entrevista à imprensa, o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz d’Ávila, ressaltou que há médicos no Brasil, mas apontou a falta de infraestrutura, de uma carreira de Estado, de respeito à população e a todos os profissionais de saúde como um entrave à sua atuação.

— Os médicos querem ir para o interior se tiverem estrutura e carreira, assim como vão os juízes, os promotores e os militares. Se não há médico no interior, é porque não tem carreira de Estado e estrutura. A culpa é da gestão incompetente e da falta de dinheiro. A única maneira de fixar médico no interior é uma carreira de Estado — argumentou.

Paulo Davim apoia o ato dos profissionais da medicina

Paulo Davim (PV-RN) apoiou ontem os médicos que se manifestaram no Congresso pela rejeição da medida provisória que cria o Programa Mais Médicos (MP 621/2013) e pela derrubada dos vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei do Ato Médico (Lei 12.842/2013).

Entre os pontos da MP mais criticados por eles, está a possibilidade de médicos estrangeiros trabalharem no país sem a revalidação do diploma. Para Davim, que é médico, a medida foi apresentada de forma precipitada, não respeita as obrigações trabalhistas e as alterações não foram discutidas com a categoria.

— Nós temos consciência de que precisamos contribuir com o sistema público de saúde do Brasil, mas também não será dessa forma, de afogadilho, de uma forma açodada, que a gente vai conseguir aprimorar a saúde pública do Brasil.



Waldemir Borges/Agência Senado

Malta cobra instalação da CPI do Erro Médico, aprovada em fevereiro

O senador Magno Malta (PR-ES) voltou a cobrar em Plenário, ontem, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violação ao Direito Humano à Saúde, conhecida como CPI do Erro Médico, aprovada no Senado em fevereiro. O senador afirmou que o governo estaria tentando inviabilizar a CPI, trocando repetidamente os nomes de seus integrantes.

— Estão querendo proteger quem? Estamos falando de gente que comete crime na medicina, gente que precisa ser julgada — reclamou.

A CPI foi criada por iniciativa de Malta com o apoio de mais de 30 senadores para apurar erros de dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados que resultaram em lesões físicas e morte dos pacientes. O senador Humberto Costa (PT-PE) havia sido indicado relator da CPI e já teria, inclusive, organizado um cronograma de trabalho.



Moreira Mariz/Agência Senado



No auditório Petrônio Portella, médicos pedem pela rejeição da MP 621 e pela derrubada de vetos à Lei do Ato Médico

Marcos Oliveira/Agência Senado

Setor econômico vai opinar sobre licitações

A comissão especial de modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) fará audiência pública no dia 19, segunda-feira, para ouvir a opinião de entidades representativas do setor econômico sobre as possíveis alterações à lei.

Para o debate, foram convidados Carlos Lago Bouza, especialista sênior em Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Alexandre Borges de Oliveira, especialista sênior em Licitações do Banco Mundial; Henrique José Fernandes Luz, sócio da Pricewaterhouse Coopers (PWC).

Também deverão participar Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Jeovani Salomão, vice-presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); Luciano Engholm Cardoso, representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABPL); Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

Presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a

comissão tem como relatora a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) e como relator-revisor o senador Waldemir Moka (PMDB-MS).

Nesta primeira fase de trabalho, a comissão está realizando audiências públicas para ouvir especialistas em direito, entidades do setor econômico e representantes do governo. A etapa posterior será destinada a estudar as sugestões e críticas colhidas nas audiências e compará-las com os projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre o assunto. A comissão apresentará uma sugestão de projeto de lei revisor.

Cyro apresentará projeto para regulamentar o ensino superior

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), apresentará um projeto de lei para regulamentar o funcionamento das universidades, das faculdades e de seus cursos. Ele disse que a qualidade do ensino superior vem caindo, o que exige medidas para cobrar resultados satisfatórios das instituições.

O senador discutiu ontem a avaliação e a qualidade do ensino superior no Brasil, a internacionalização da educação superior e a autonomia e a reforma universitária durante uma reunião com a secretária-executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Fernanda Póvoa, e o secretário da CE, Julio Ricardo Borges Linhares.

Cyro Miranda disse que a queda da qualidade acontece tanto nas faculdades particulares quanto nas públicas. No

entanto, observou, as críticas recaem especialmente sobre as particulares e nem sempre as instituições são punidas.

O projeto de regulamentação do ensino superior, explicou o senador, vai exigir a transparência dos exames aplicados pela instituição. Serão estabelecidas metas de aprovação dos alunos ao longo do curso e metas de aprovação em exames de proficiência e de ordem, que, se não forem atingidas, poderão acarretar a suspensão do vestibular e até o fechamento da faculdade.

A minuta do projeto de lei, informou o presidente da CE, será elaborada a partir das contribuições dos participantes do Fórum de Reitores do Crub, a ser realizado nos dias 29 e 30, em Aracaju. O senador disse ser oportuno discutir o assunto nesse encontro, pois o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, estará presente.



Cyro propõe medidas para evitar queda de qualidade no ensino superior

Marcos Oliveira/Agência Senado

Alessandro Siqueira/FAB



Militares da Aeronáutica seguram caixa-preta do Boeing 737-800, da Gol Linhas Aéreas, que caiu em Mato Grosso

Investigação de acidente aéreo deve ter novas regras

Substitutivo de Pedro Taques a projeto apresentado pela CPI do Sistema de Tráfego Aéreo da Câmara foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores. Proposta segue agora para o Plenário do Senado

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT) a projeto que estabelece novas normas para a investigação de acidentes de aeronaves.

O texto (PLC 102/2012), que segue para decisão do Plenário, foi proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, que atuou naquela Casa. A CPI foi instalada após a colisão, em 2006, entre um Boeing 737-800, da companhia Gol, e um jato Legacy de companhia norte-americana. O acidente matou mais de cem pessoas.

O projeto fixa regras para o funcionamento do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

(Sipaer), cujo órgão executivo é o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), do Comando da Aeronáutica. Um dos objetivos é estabelecer normas de proteção às investigações, inclusive no que se refere ao acesso aos destroços das aeronaves acidentadas.

A investigação do Sipaer deverá ser independente de qualquer outra investigação, tendo precedência sobre todas as outras. O substitutivo assegura o acesso da comissão investigadora à aeronave acidentada, seus destroços, cargas, laudos, autópsias e outros documentos.

Para preservar as informações, a autoridade responsável poderá interditar o avião e (ou) os destroços, permitindo a re-

moção apenas se for necessário para salvar vidas, preservar a segurança das pessoas ou proteger evidências.

Ao fim das investigações aeronáuticas e policiais (neste caso, se houver crime), os interessados (companhia aérea ou seguradora, por exemplo) poderão se habilitar a ficar com os destroços.

Taques observou que o projeto está respaldado na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de 1944, e que vários órgãos governamentais propuseram alterações no texto. Uma das alterações definiu procedimentos para investigações referentes a aeronaves militares, de forma a preservar linhas de hierarquia e disciplina próprias às instituições militares.

Programa de satélite nacional será tema de audiência pública

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve realizar audiência pública para examinar o Programa do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). A proposta foi aprovada ontem, a pedido do presidente da CRE, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Desde a divulgação das recentes denúncias de espionagem por parte dos Estados Unidos, a CRE vem adotando medidas para que sejam avaliadas as vulnerabilidades do país em termos de segurança estratégica, inclusive no campo espacial e cibernético. Considerando que o país necessita de um satélite para transmissões seguras, sem depender de empresas do exterior, Ferraço defendeu o debate sobre o programa do SGDC.

— Hoje temos oito satélites, mas nenhum é brasileiro — observou.

Ferraço lembrou que o país

vem gastando por ano cerca de US\$ 650 milhões com aluguel de satélites. Na avaliação do senador, a situação atual de dependência externa é inaceitável para a soberania brasileira.

A comissão também aprovou sugestão de audiência para debater segurança cibernética com dirigentes de órgãos de diferentes áreas ministeriais que lidam com a questão. No requerimento, também de Ferraço, são citados o chefe do Centro de Defesa Cibernética (CDCi-ber) do Comando do Exército, general de divisão José Carlos dos Santos, e Raphael Mandarin Junior, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Dois especialistas de fora do governo também serão convidados: o jornalista Roberto Godoy, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e Salvador Raza, diretor do Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança.



Ferraço (D) propõe à CRE discussão sobre vulnerabilidade tecnológica

Senado aprova dois indicados para o CNJ e dois para o CNMP

O Plenário aprovou, na quarta-feira, as indicações da desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do juiz Leonardo Farias Duarte para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para o biênio 2013-2015.

Ana Maria Amarante foi

promotora de Justiça do Ministério Público do DF e Territórios de 1987 a 1988. Ingressou no TJDF em 1988, no cargo de juíza de Direito substituta. Em 1992, foi promovida a juíza de Direito, ficando à frente da 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília. Em 2004, tomou posse no cargo

de desembargadora do TJDF.

Já Leonardo Farias Duarte começou a atuar na carreira em 2002, quando foi empossado como juiz do Pará. De 2008 a 2010 foi juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal. Entre 2010 e 2012, atuou como juiz instrutor, também no STF. E, desde agosto de 2012, trabalha como juiz auxiliar do CNJ.

Também foram aprovadas duas indicações dos líderes partidários do Senado. O doutor em Ciências Penais Fabiano Augusto Martins Silveira — indicado para o CNJ — recebeu 55 votos favoráveis e 6 contrários. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fabiano

Silveira integra a Consultoria Legislativa do Senado desde 2002. Já o indicado para o CNMP, o advogado Leonardo Henrique Carvalho, recebeu 50 votos a favor e 6 contrários. Ele graduou-se em Direito pela Universidade de Fortaleza, em 1999, é pós-graduado em Processo Civil e, desde 1998, atua na área de Direito Eleitoral.

Relator é favorável à indicação de Corrêa do Lago para posto no Japão

O senador Jorge Viana (PT-AC) apresentou, na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, relatório favorável à indicação de André Aranha Corrêa do Lago para o posto de embaixador do Brasil no Japão.

Ao discutir a indicação feita pela presidente Dilma Rousseff, o relator destacou a importância da relação comercial e os 120 anos de relações diplomáticas entre as duas nações. Ainda segundo Viana, depois dos Estados Unidos, o país asiático é o segundo com maior número de brasileiros no exterior.

O embaixador Corrêa do Lago é

graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em 1982, ingressou no curso de preparação à carreira diplomática do Itamaraty, chegando ao cargo de ministro de primeira classe em 2011.

Conforme a Constituição, cabe ao Senado a aprovação de indicações feitas pelo Executivo para chefes de missão diplomática de caráter permanente. Após a leitura do relatório na manhã de ontem, foi concedida vista coletiva para que os demais senadores da comissão analisem melhor a indicação.

Avança texto que cria grupo de cooperação parlamentar entre Brasil e Azerbaijão

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o Projeto de Resolução 32/2013, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão, para incentivar as relações bilaterais entre os Legislativos dos dois países.

A relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou ser “salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira”. Segundo ela, trata-se de um reflexo do mundo globalizado, “cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas”.

Requerimento de Vanessa Grazziotin para a realização de audiência com parlamentares haitianos também foi aprovado pela CRE. Entre os temas a serem debatidos, estão a formação de universitários daquele país no Brasil e a criação de uma representação diplomática do Haiti no Brasil para tratar de assuntos como a imigração no Norte brasileiro.

A Comissão de Relações Exteriores também aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 39/2013, que estabelece acordo com o Reino do Lesoto, no Sul da África; e o PDS 38/2013, com Santa Lúcia, país insular do Caribe.

Debate aponta riscos no mercado de sementes

Presidente da Embrapa diz que modelo de negócios e redução no número de empresas fornecedoras de sementes diminuem a capacidade do governo de orientar o desenvolvimento da agricultura no país

A CONCENTRAÇÃO NO mercado de sementes, dominado por um pequeno número de grandes empresas, não favorece a competitividade da agricultura brasileira e pode inviabilizar parte dos produtores rurais, em especial os menos preparados tecnicamente. Essa situação, considerada uma tendência no país, foi analisada em audiência ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Mesmo considerando a concentração uma tendência de mercado, o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, alertou para o fato de a redução do número de empresas de sementes colocar em risco o papel mediador do setor público. Como observou, as inovações geradas conforme a política pública de pesquisa chegam ao produtor por meio do licenciamento de empresas parceiras.

— Quando essas empresas fecham, o setor público perde seu elo com o mercado — afirmou.

Sem a presença do Estado, observou o presidente da Embrapa, o país se tornaria mais vulnerável, seja por perder a capacidade de orientar o desenvolvimento da agropecuária ou por não conseguir manter na atividade uma grande gama de produtores rurais.



Décio Sieb, Marcio Santos e Maurício Lopes debatem concentração do mercado

Décio Sieb, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), concorda que a redução na oferta de material genético tem impacto direto sobre os agricultores familiares, que perdem a capacidade de escolha.

Para Marcio Santos, diretor da Monsanto, a introdução de biotecnologia no Brasil ocorreu em mercado aberto, permitindo a entrada de muitas empresas. Ele diz ser o produtor rural o direcionador desse mercado, ao escolher a tecnologia que oferece maiores vantagens.

Também Paulo Campante, da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem), considera que o mercado de sementes está mais diversificado. Conforme dados apresentados por ele, o país teria hoje mais empresas produtoras de sementes que há dez anos.

Senadores defendem mudanças na atuação da Embrapa

Durante a audiência pública, Blairo Maggi (PR-MT) reconheceu que a Embrapa foi responsável por colocar o Brasil “no mapa da agricultura” no mundo, mas observou que a estatal precisa de mudanças na estrutura.

Ele defendeu a aprovação do PLS 222/2008, que permite a abertura de capital da empresa e cria uma subsidiária, a EmbrapaTec. A senadora Ana Amélia (PP-RS) também manifestou apoio ao projeto, que visa dinamizar a relação da Embrapa com o setor produtivo e ampliar a atuação da empresa pública nos mercados de inovação tecnológica.

Comissão quer proteger nome da Amazônia

Por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem quatro requerimentos relativos às pretensões da gigante varejista americana Amazon de deter o uso exclusivo do domínio .amazon na internet.

A senadora sugere a formação de um grupo de trabalho com três senadores para acompanhar e propor ações

a fim de impedir o sucesso da companhia e pede à CRE que encaminhe manifestação formal contrária à iniciativa.

Os outros dois requerimentos são dirigidos à Presidência do Senado: um para promover junto aos parlamentos de países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica uma campanha de proteção ao nome da Amazônia e outro para que seja veiculado um banner na

página do Senado na internet para a divulgação da campanha Nossa Amazônia — diga não à privatização do nome da Amazônia.

Para Vanessa, o pedido da Amazon contraria o interesse dos oito países que compõem o bioma amazônico (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), que ficarão impedidos de usar o termo caso o pleito da empresa seja aceito.

Ana Amélia pede ações para fortalecer inovação na agricultura

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o setor privado e o público precisam adotar ações para a tornar a agricultura brasileira mais inovadora e mais competitiva. Para ela, é uma maneira de evitar a concentração do mercado no setor.

— É preciso, portanto, usar o elevado grau de investimento e de inovação das grandes empresas, inclusive das



Waldemir Barreto/Agência Senado

multinacionais, a favor do desenvolvimento da nossa produção de alimentos, com o apoio do governo.

Para a senadora, a pesquisa e a extensão rural, em conjunto, possibilitam ao produtor diminuir a dependência de produtos importados.

Benedito comemora licença prévia para estaleiro em Alagoas

Benedito de Lira (PP-AL) comemorou a concessão de licença prévia pelo Ibama para a construção do Estaleiro Eisa em Coruripe, em Alagoas.

O senador disse que foram “três longos anos de espera”. Segundo ele, o Ibama estava preocupado com a interferência das obras na atividade extrativista no manguezal e



Waldemir Barreto/Agência Senado

na atividade pesqueira da região.

Ele pediu agilidade para a licença definitiva e disse que a obra deve começar em 2014. A previsão é de que sejam gerados 10 mil empregos diretos e até 50 mil indiretos.

Sérgio Souza exalta bons números do agronegócio

Sérgio Souza (PMDB-PR) registrou os bons resultados do agronegócio do Brasil no primeiro semestre. Durante a safra 2012-2013, entre julho do ano passado e junho deste ano, a balança comercial registrou superávit de US\$ 84 bilhões.

— Recorde-se que, nesse período, a balança comercial brasileira registrou superávit



Waldemir Barreto/Agência Senado

de tão somente US\$ 9,35 bilhões — comparou.

Outra consequência foi o barateamento da cesta básica nas 18 capitais pesquisadas.

— Ou seja, quando o clima não atrapalha a produção rural, ela é destaque no cenário mundial — afirmou.

Eunício destaca produção do Congresso no primeiro semestre

Ao analisar as atividades do Congresso no primeiro semestre, Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que houve “muito trabalho”, com resultados diretos para a população. Para ele, o Congresso “está atento à voz das ruas”.

O senador destacou a aprovação de regras para partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE), ficha limpa



Waldemir Barreto/Agência Senado

para servidores, a classificação da corrupção como crime hediondo e a destinação dos royalties do petróleo para educação e saúde.

— Em todos os momentos decisivos, o PMDB compareceu ao lado dos interesses do Brasil — declarou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora-adjunta: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto do Código Penal receberá novas emendas

Na semana que vem, Pedro Taques apresentará relatório sobre as mais de 600 emendas já sugeridas ao projeto e abrirá prazo para apresentação de mais propostas

O RELATÓRIO SOBRE as mais de 600 emendas apresentadas ao projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012) será apresentado até a semana que vem. A entrega do documento foi anunciada ontem pelo relator-geral da comissão temporária que analisa a proposta, Pedro Taques (PDT-MT).

Ele ressaltou as diversas audiências públicas sobre o projeto realizadas pelo país em 2012. Os debates estimularam o envio de sugestões ao projeto por mais de 300 associações, segundo o senador.

Após a entrega do relatório consolidado sobre as emendas de 2012, será aberto prazo para a apresentação de novas emendas. A expectativa de Taques é concluir a votação do PLS 236/2012 até o final do ano.

A comissão temporária dedicada à análise da matéria é presidida por Eunício Olivei-



Expectativa do relator-geral, Pedro Taques, é concluir votação até o fim do ano

ra (PMDB-CE) e tem como vice-presidente Jorge Viana (PT-AC).

O processo de revisão do

Código Penal começou em 2011. Na ocasião, foi instalada a comissão especial de juristas que, em 2012, apresentou um

anteprojeto com 543 artigos. O documento resultou no PLS 236/2012, subscrito pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Mudança de foco

No plano de trabalho traçado para a comissão temporária, Taques argumenta que avanços na estrutura social brasileira passaram a demandar uma mudança de foco no Código Penal. Editado em 1940, os comandos da norma, explica o senador, privilegiam a proteção do patrimônio individual em detrimento da própria vida e dos direitos difusos e coletivos.

— O atraso do Código Penal fez com que inúmeras leis esparsas fossem criadas para atender a necessidades prementes. Como consequência, tem-se o prejuízo total da sistematização e organização

dos tipos penais e da proporcionalidade das penas, o que gera grande insegurança jurídica — assinalou Pedro Taques.

A reforma do Código Penal busca, de acordo com o senador, adequá-lo ao espírito da Constituição de 1988, orientada para a proteção coletiva da sociedade, e às complexas relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas na modernidade.

Depois de ser votado pela comissão temporária, o PLS 236/2012 irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O presidente do colegiado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), colocou a votação do novo Código Penal entre os desafios da comissão para o semestre.

Entenda a necessidade da reforma: <http://bit.ly/aposentadoriaCP>

Pinheiro comenta ações do governo federal para fomentar economia



Walter Pinheiro (PT-BA) comentou iniciativas do governo federal para fomentar a economia tratadas ontem em reunião da bancada de seu partido com a presidente Dilma Rousseff.

Para o senador, a política de desonerações e incentivos começa a apresentar resultados, como comprova o crescimento da produção industrial em 10 dos 14 estados pesquisados.

Pinheiro disse que a diminuição de receitas municipais fruto das desonerações estão sendo corrigidas. Ele afirmou que está incluindo na Medida Provisória 613/2013, da qual é o relator, recursos da ordem de R\$ 3 bilhões para os municípios.

O senador lembrou que 26 MPs foram aprovadas em 2012 e que o governo agora espera colher os resultados.

— Tá na hora até de dar uma paradinha no envio de MPs. Vamos fazer o que a gente aprovou, que já tem trabalho demais para tocar adiante.

Ângela: dados sobre violência contra mulher serão apresentados a Dilma



Ângela Portela (PT-RR) citou a disposição da presidente Dilma Rousseff de participar de um ato público no Congresso para apresentação do relatório da CPI que apurou a violência contra a mulher no Brasil. Dilma aceitou o convite durante reunião com a bancada do PT no Planalto.

— Nós vamos, na próxima semana, em função de agosto ser o mês em que se comemoram os sete anos da Lei Maria da Penha, apresentar à presidente Dilma um relatório de tudo que ocorreu nessa CPI — disse.

O relatório, que tem mais de mil páginas, revela que, nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. São 4,6 homicídios por 100 mil vítimas do sexo feminino, o que coloca o país na sétima posição em assassinatos de mulheres no mundo.

No relatório, a CPI propõe a tipificação do feminicídio como agravante do crime de homicídio.

Rolleberg quer informações sobre acordo com EUA sobre Alcântara



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) requereu informações ao Executivo sobre um possível novo acordo entre Brasil e Estados Unidos para uso do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, pela agência espacial americana.

Ele citou uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que noticia a retomada das negociações entre os países.

— Quase às vésperas da visita de Estado da presidente Dilma Rousseff àquele país, o “generoso” gesto da diplomacia e do Ministério da Defesa brasileiros causa espécie — disse Rolleberg.

O senador disse ser imprescindível que os parlamentares e a população saibam qual é a opinião do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Agência Espacial Brasileira e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sobre o possível novo acordo.

Rolleberg disse ter receio de que o acordo traga danos à soberania brasileira e não preveja transferência tecnológica dos EUA para o Brasil.

Jayne cobra mais rigor nos casos de uso de menores na prática de crimes



O aumento do uso de crianças e adolescentes por adultos em atividades criminosas foi apontado por Jayme Campos (DEM-MT). O senador apresentou emendas ao projeto que reforma o Código Penal (PLS 236/2012) propondo o aumento das penas por cooptação de menores para o crime.

— Estamos falando de uma conduta das mais abjetas, já que o maior, quando se vale de menores para a prática de crimes, pretende se livrar da responsabilidade penal. Além de dificultar a resposta estatal à criminalidade, ainda contribui para o desvirtuamento das crianças e adolescentes — afirmou.

Jayne considera que o tipo penal da corrupção de menores, previsto no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, é insuficiente para coibir a prática. Ele também condenou o uso dos jovens como “massa de manobra de anarquistas infiltrados em manifestações de rua” e defendeu protestos pacíficos.

Para Vanessa, agressão a Luana Piovani não pode continuar impune



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou os sete anos da Lei Maria da Penha, comemorados na quarta-feira. Ela disse que, apesar da lei, a sociedade ainda “considera a mulher um ser inferior aos homens”.

A senadora citou o caso da atriz Luana Piovani, que em 2008 foi agredida pelo namorado da época, o ator Dado Dolabella. Vanessa contou que o rapaz foi condenado no 1º Juizado de Violência Doméstica do Rio à prisão em regime aberto. Ele recorreu ao Tribunal de Justiça, que encaminhou o caso à 27ª Vara. Lá, Dolabella foi absolvido. O caso agora está no Superior Tribunal de Justiça.

— Eu não tenho dúvida nenhuma que o Senado, por meio da procuradoria que eu coordeno, e a Câmara dos Deputados agirão ao lado da Secretaria de Políticas para as Mulheres e de todas as entidades para não permitir o retrocesso na lei e não permitir que esse julgamento continue anulado.

Collor pede à PGR esclarecimento sobre interceptações telefônicas



Fernando Collor (PTB-AL) enviou ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, um requerimento com 17 perguntas sobre o chamado Sistema Guardiã, de interceptação telefônica e de dados. Os questionamentos foram motivados por um relatório apresentado ao Conselho Nacional do Ministério Público pelo conselheiro Fabiano Silveira. O texto aponta que, das 30 unidades do Ministério Público, 21 possuem ou têm acesso a sistemas de monitoramento telefônico.

— Somente em maio, estavam sob monitoramento das promotorias 16.432 telefones de 9.558 pessoas, sem autorização judicial. Isso dá uma ideia do estado policial em que se transformou o Ministério Público sob a condução do senhor Roberto Gurgel — afirmou o senador.

Collor questiona sobre os fundamentos legais das interceptações e a maneira como as informações são utilizadas.

Público aprova pauta do Senado após manifestações

Maioria dos usuários de internet e redes sociais entrevistados pelo DataSenado considerou positiva a relação de projetos prioritários que o Senado apreciou como resposta aos protestos nas ruas em junho

PESQUISA ON-LINE REALIZADA pelo DataSenado sobre as manifestações nas ruas e sobre projetos debatidos no Parlamento indicou que a maioria dos internautas foi favorável às votações da pauta prioritária do Senado. Em destaque, o projeto que transforma corrupção e homicídio em crimes hediondos, o passe livre para estudantes e a ficha limpa para cargos públicos.



Protesto em frente ao Congresso em junho: pesquisa revela apoio a votações

A pauta de propostas votadas pelos parlamentares em julho teve aprovação de mais de 60% dos entrevistados.

Ao todo, 9.064 questionários foram respondidos por grupo representativo de usuários de internet e redes sociais. A maioria é formada por homens, com ensino superior ou pós-graduação. Quase a metade mora na Região Sudeste do país.

Entre os temas que mais mobilizaram os internautas,

também aparecem o controle de gastos com a Copa do Mundo; deficiências nos serviços de saúde e educação; e excesso de impostos, também apontados como principais motivos das manifestações populares.

Mesmo com medidas anunciadas pela Presidência da República e pelo Congresso, 42,8% dos pesquisados acham que as manifestações vão aumentar, 33,7% avaliam que permanecerão iguais e 17,1%

acreditam que diminuirão.

A pesquisa mostra grande expectativa com o resultado das pressões das ruas. Para 61,3% dos entrevistados, o país deve mudar para melhor. Mais de um terço dos que responderam ao questionário enviado pelo DataSenado (39,1%) afirmaram ter participado dos protestos, 74,8% dos quais manifestaram disposição de voltar às ruas caso não aconteçam as mudanças desejadas.

Cristovam quer tribuna da Casa aberta para a população

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs ontem que o Senado aprove o Projeto de Resolução (PRS) 38/2008, do ex-senador Expedito Júnior, que muda o Regimento Interno para permitir que, uma sexta-feira por mês, a tribuna seja ocupada por cidadãos, que apresentariam queixas sobre os problemas da sociedade.

— Que uso melhor daríamos nós para as sextas-feiras, quando, em geral, poucos de nós aqui vimos — indagou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy volta a pedir a manifestantes que evitem a violência

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a pedir aos manifestantes de rua de todo o país que optem por protestos pacíficos. Ele citou os autodenominados *black blocs*, que sempre estão na linha de frente quando as manifestações desandam em confronto com policiais. Suplicy leu texto de um grupo *black bloc* no qual classificam-se como “um coletivo temporário de anarquistas” sem líderes, com membros de 17 a 30 anos que lutam contra “qualquer autoritarismo”.

O senador sugeriu aos manifestantes que escolham o caminho da não violência.

Capiberibe cobra mais rapidez da Justiça em casos de corrupção

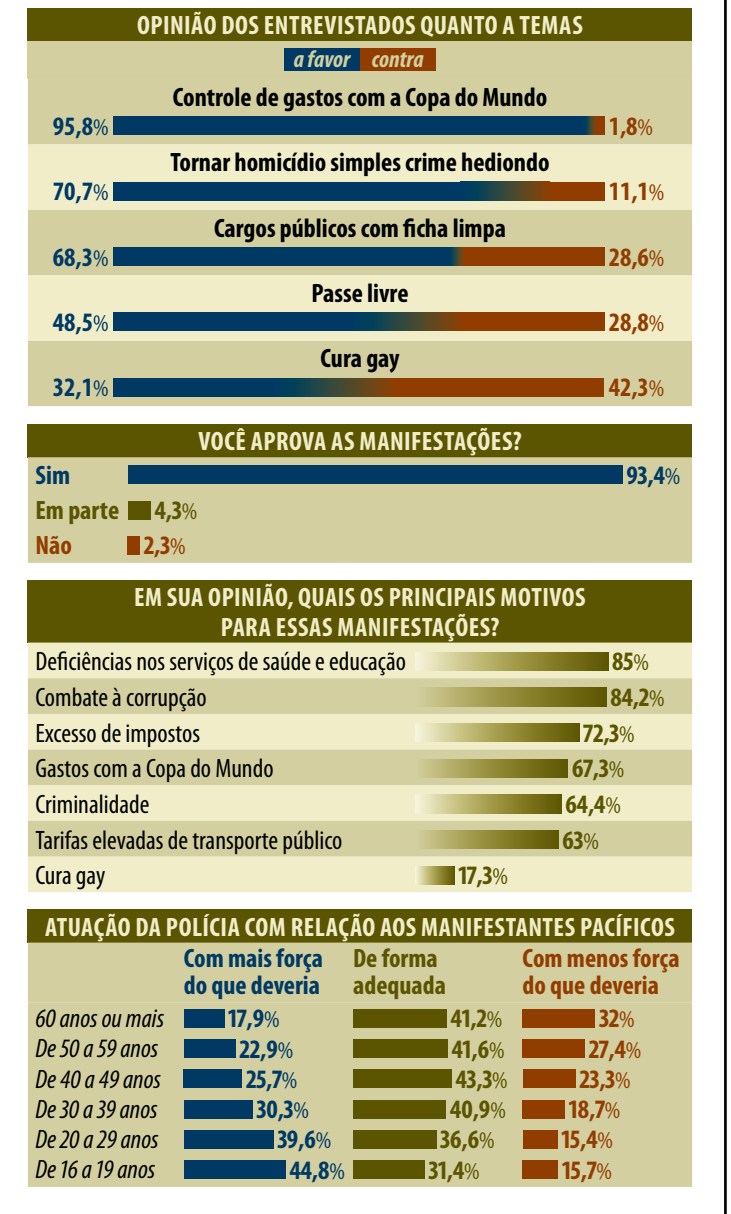
João Capiberibe (PSB-AP) mencionou o caso de Alfredo Nascimento (PR-AM) para criticar a demora da Justiça em casos de corrupção. Para ele, Nascimento sofreu “linchamento público” e, dois anos depois, foi declarado inocente.

— É preciso que tenhamos um Judiciário mais célere. Não pode ficar protelando — frisou, lembrando que nos Estados Unidos o julgamento não passa de um ano.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Como foi a pesquisa



Fonte: DataSenado

PEC dos Recursos vai ser tema de mais dois debates

A última etapa de instrução da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2011, que limita a apresentação de sucessivos recursos para atrasar o cumprimento de decisões judiciais definitivas, contará com mais duas audiências públicas. Na próxima quinta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá debater a questão com representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na sequência, será ouvido novamente o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso.

O acerto foi negociado na

quarta-feira, entre Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator da chamada PEC dos Recursos, e o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB). Aloysio já elaborou substitutivo ao texto original, apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a partir de sugestão encaminhada por Peluso.

Na primeira audiência pública da CCJ sobre a matéria, Peluso pregou o combate à “indústria dos recursos”, a seu ver um processo “perverso”, que gera lentidão no andamento dos processos e favorece a impunidade.

Ouvidoria

Secs | Criação e Marketing

É fácil ser ouvido

A Ouvidoria do Senado é um órgão que busca fortalecer o exercício da cidadania e a aproximação da sociedade com o Parlamento. A Ouvidoria tem o objetivo de receber e dar o tratamento adequado a **sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios** da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. O órgão também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão interessado sempre terá retorno sobre as comunicações.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia